



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI 1.074, DE 2019, E SEUS APENSANDOS

Apresentação: 15/06/2021 17:34 - CSSF
ESB 1 CSSF => PL 1074/2019

ESB n.1

Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº 1.074, de 2019, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão), e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (benefício de prestação continuada), para determinar igualdade de direitos entre os portadores de doença grave e as pessoas com deficiência.

Dê-se ao art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.074, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 2º. O art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 16 e 17:

‘Art. 20

.....

§ 16.

§ 17. Para os efeitos do disposto no § 16, são consideradas doenças graves, além das relacionadas no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fábio Mitidieri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216403593400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

7.713, de 22 de dezembro de 1988, e no artigo 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, os pacientes submetidos a cirurgia para transplante e a hidropsia endolinfática (doença de Ménière), sem prejuízo da avaliação biopsicossocial, quando necessária, se laudo médico elaborado pelo médico assistente, responsável pelo tratamento e acompanhamento do paciente, concluir que exista condição clínica crônica que promova impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, possa obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.' ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de aglutinar as propostas legislativas apenas de modo a tornar expressa na legislação as causas de equiparação entre as pessoas com deficiência e as pessoas com doenças graves. A modificação proposta se justifica em razão da existência no ordenamento jurídico de doenças já especificadas em lei como graves e que, embora não excluam, também não incluem os pacientes transplantados e pessoas com doença de Ménière, o que, em análise sistemática da legislação correlata, poderia levar à interpretação de que se trata de rol taxativo, deixando aberto às subjetividades do intérprete a inclusão das condições.

Assim, considerando ainda as justificativas apresentadas em cada projeto individualmente e, estando claro no parecer da excelentíssima relatora pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.074, de 2019, e dos apensados PL nº 4.613/2020 e PL nº 1.522/2021, entendemos a necessidade de adicionar o dispositivo ora proposto ao artigo 2º do Substitutivo, a fim de incluir expressamente as condições clínicas dos indivíduos, conforme acima disposto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala das Reuniões, em de junho de 2021.

Deputado FÁBIO MITIDIERI
PSD/SE

Apresentação: 15/06/2021 17:34 - CSSF
ESB 1 CSSF => PL 1074/2019

ESB n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fábio Mitidieri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216403593400>

